



Ata n.º 2/2025

----- No dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no CCRT- Centro de Convívio e Recreio do Telheiro, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Nuno Alexandre Gonçalves Martinho. -----

----- Pelas vinte e uma horas e trinta e dois minutos, havendo quórum o Presidente da Assembleia deu início à sessão. -----

----- O Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e dirigiu-se a Licínio Moreira, Presidente do CCRT, para agradecer o acolhimento da sessão da Assembleia de Freguesia. -----

----- Licínio Moreira cumprimentou todos os presentes, felicitou a Junta de Freguesia pela iniciativa de levar as sessões da Assembleia às quatro Freguesias, dando a conhecer o património associativo da União das Freguesias. De seguida apresentou, de forma resumida, a história do clube e o trabalho desenvolvido na área do desporto, mais direcionado ao futsal e à patinagem. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu o trabalho desenvolvido em prol do associativismo que, de um modo geral, atravessa algumas dificuldades e desejou sucesso ao clube nas suas provas desportivas. -----

----- O Presidente da Assembleia deu início ao período de audição do público, e sem pedidos de intervenção, passou ao período antes da ordem do dia. -----

----- Manuel Pereira (PS), depois de cumprimentar os presentes, pediu a reparação do piso, em péssimo estado, na Rua dos Remildes, na Mourã e na Rua da Bela Vista, na localidade de Lourais e o Moinho Novo. -----

Pediu também, que as árvores da Quinta do Marques da Cruz que estão a ocupar a estrada sejam cortadas ou aprumadas, pois no dia do temporal teve de sair da sua viatura para retirar ramos da estrada. -----

----- Aurélio Silva (PSD) cumprimentou os presentes, e leu o texto da autoria de Nuno Fernandes sobre a história da proposta da desagregação e criação da Freguesia de Pousos que fica apenso a esta ata (anexo 1 e 2). -----

----- Carla Rente (PSD) cumprimentou os presentes e apresentou sua preocupação sobre a estabilidade das muralhas do Castelo de Leiria, que de acordo com a comunicação social apresenta fissuras. Pediu que a Câmara Municipal se pronuncie sobre o estado das fissuras da muralha do Castelo, sobre as medidas tomadas para salvaguardar a segurança dos utilizadores, e se estão reunidas condições de segurança para mais uma edição do evento “Noite Branca”. -----



----- Continuou reforçando o desagrado e preocupação, da bancada do PSD, relativamente o mau estado do pavimento de algumas ruas de Leiria, nomeadamente a Rua da Fonte de São Romão, que está imprópria para a circulação automóvel. Questionou se, para a Câmara Municipal de Leiria, prevalecem os eventos culturais, em prol da conservação das vias, para as quais pagamos o IUC. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder aos intervenientes. -----

----- O Presidente do Executivo cumprimentou os presentes e saudou o CCRT, pelos 50 anos de atividade e pelo trabalho desenvolvido na formação de pessoas e atletas. ---- Em resposta a Manuel Pereira, o Presidente do Executivo confirmou que parte do troço da Rua dos Remildes e da Rua da Bela Vista, está em mau estado, que carece de uma intervenção ao nível da estabilização dos solos e que a Câmara Municipal já tem esse levantamento. -----

----- O Presidente do Executivo confirmou o mau estado da Rua Fonte de São Romão, denunciado por Carla Rente, e informou que a rua já devida ter sido pavimentada porque estava incluída num pacote de obras da Câmara, mas será pavimentada depois da execução da rede pluvial de toda a encosta de São Romão. -----

----- Também confirmou o relato de Manuel Pereira, acerca das árvores da Quinta da Serradinha, que já causaram danos nas moradias sitas do outro lado da estrada. Informou que o proprietário já foi notificado várias vezes pela fiscalização, mas continua sem as podar ou apumar. -----

----- Sobre a preocupação de Carla Rente em relação a mais uma edição do evento “noite branca” e das fissuras nas muralhas do Castelo, o Presidente do Executivo informou que a Câmara fez um estudo sobre o estado da muralha, que os pontos críticos estão a ser monitorizados e os requisitos para a sua reparação estão a ser definidos por se tratar de um monumento de património nacional. -----

----- O Presidente da Assembleia informou Aurélio Silva que os documentos ficarão registados em ata, informou Carla Rente que as suas preocupações sobre o Castelo e a realização do evento “Noite Branca” serão enviadas para a Câmara Municipal de Leiria.

----- Arminda Filipe (PS) cumprimentou os presentes, e reiterou as suas preocupações sobre três assuntos: -----

- A requalificação do Jardim do Visconde, sobre o qual pede intervenção há 19 anos, e que há 3 anos a Câmara Municipal apresentou o projeto de requalificação, mas até à data nada foi feito; -----



- A requalificação dos passeios do Telheiro, que está sempre para ser feita alguma coisa, mas até à data ainda não foi feita nada; -----

- E sobre a construção do Centro de Saúde da Barreira, se a obra vai, ou não vai avançar?

----- Ana Bernardes (BE) cumprimentou os presentes, e apresentou a sua preocupação sobre a existência de prédios devolutos no Centro Histórico de Leiria. Pediu ao Presidente da Assembleia de Freguesia, que o faça chegar à Câmara Municipal o documento apresentado, que fica apenso a esta Ata, no anexo 3.-----

Ana Bernardes perguntou ao Presidente do Executivo se existe o levantamento dos prédios devolutos nas ARU da Barreira e Cortes, e no centro dos Pousos? -----

Ana Bernardes pediu também, a colocação de sinalética aos acessos pedonais ao Castelo, pois mora naquela zona e tem presenciado Turistas “perdidos” nas ruas à procura da entrada do Castelo. -----

----- Inês Moreira (PS) cumprimentou os presentes e manifestou o seu orgulho em estar nas instalações do Centro (CCRT), que trabalha com muitas crianças e jovens para o seu desenvolvimento pessoal desportivo. -----

----- Continuou apresentando o seu descontentamento sobre escolha do espaço para a realização de uma sessão que, devido ao elevado número de documentos, carece do uso de mesas para os computadores. -----

----- Inês Moreira lamentou ainda, enquanto membro da Comissão de Criação da Freguesia dos Pousos, que depois de todo o trabalho tido na apresentação da proposta, que o processo tenha ficado parado. Lamentou o descontentamento visível na população dos Pousos. -----

----- Continuou questionando se houve alguma alteração no contrato programa com o Centro Social e Paroquial dos Pousos, tendo em conta que ocorreu recentemente a mudança dos membros da Direção.-----

----- Por último, questionou se o temporal provocou danos na região. -----

----- O Presidente do Executivo informou Arminda Filipe que aguardam que a Câmara lance a qualquer momento o projeto de requalificação do Jardim do Visconde. Informou que a Câmara já lançou o concurso para a requalificação dos Passeios do Telheiro, desconhecendo a data prevista do início das obras. Informou ainda que projeto de construção do Centro de Saúde da Barreira, já foi adjudicado.-----

----- O Presidente do Executivo informou Ana Bernardes que a Junta de Freguesia não tem conhecimento dos proprietários dos prédios devolutos existentes em Leiria. Informou que na Barreira e nas Cortes existem poucos prédios devolutos, que conhecem os



Proprietários, e que alguns já estão a ser reabilitados. Acerca da falta de sinalização, comprometeu-se em alertar a Câmara. -----

----- Em resposta a Inês Moreira, o Presidente do Executivo começou por pedir desculpa por se ter esquecido de colocar mesas para os Membros da Assembleia terem condições de acesso aos seus computadores. -----

----- Em relação ao Centro Social e Paroquial dos Pousos, informou que esteve na tomada de posse da nova Direção e ficaram de marcar uma reunião para breve. Em relação ao contrato, confirmou que atualmente só está inserida uma pessoa, e a verba disponível é de cerca de 40.000,00€. -----

Informou ainda, que o temporal não causou grandes danos na Freguesia, apenas queda de ramos de árvores e parte da vedação do Auditório dos Pousos, que tombou. -----

----- Antes de passar ao período da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia, comunicou a ausência de Nuno Fernandes (PSD), que chegaria mais tarde. Registou a falta justificada de Tiago Santos (PS) e de Edite Prior (PSD) que se fez representar por Micaela Silva. -----

----- O Presidente da Assembleia, pediu a votação dos pontos 4, 5, 6 e 7, da ordem de trabalhos em minuta, conforme mencionado na convocatória. Sem qualquer oposição, foi aprovada por unanimidade a votação dos pontos 4, 5, 6 e 7, em minuta. -----

----- **Ponto 1- Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 4/2024 e n.º 1/2025.** -----

----- O Presidente da Assembleia pediu a dispensa da leitura da Ata n.º 4/2024 e n.º 1/2025, uma vez que foram enviadas para todos os Membros da Assembleia. Tendo esta dispensa de leitura merecido acordo de todos, colocou-as a apreciação. -----

----- Elisabete Pinheiros (PS) detetou um lapso na ata n.º 4/2024, onde se lê “tampas fluviais” deve ler-se “tampas pluviais”. -----

----- Com a correção do lapso apresentado e sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a Ata n.º 4/2024 a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção de Inês Lopes (PS), Miguel Bilhota Xavier (PS) e Nuno Martinho (PS), por não terem estado presentes na sessão a que diz respeito a ata. -

----- O Presidente da Assembleia colocou a Ata n.º 1/2025 a votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção de Inês Lopes (PS), Miguel Bilhota Xavier (PS), José Gaio (CH) e Carla Rente (PSD), por não terem estado presentes na sessão a que diz respeito a ata. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação da atividade e da situação financeira da União de freguesias no período de 1-12-2024 a 28-02-2025.** -----



----- O Presidente da Assembleia deu palavra ao Presidente do Executivo, caso tivesse algo a salientar relativamente à atividade neste período. -----

----- O Presidente do Executivo disse não ter nada a informar e disponibilizou-se a prestar quaisquer esclarecimentos. -----

----- Ana Bernardes (BE) notou que a despesa com as pequenas reparações nos centros de saúde não atingiu os 10% da verba prevista, e por isso questionou se se justifica haver o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para este efeito? Perguntou também, porque motivo não foi gasta em 2024, toda a verba disponível no orçamento para o apoio às coletividades, apesar de ser do conhecimento de todos, que as Coletividades apresentam grandes dificuldades? Perguntou ainda, a que tipo de equipamento administrativo se referia a verba de 105.000,00€? E porque não foi gasta na totalidade? -

----- O Presidente do Executivo esclareceu que o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, no montante de 63.000,00€ é para realizar pequenas reparações nos diversos Centros de Saúde. Explicou que a verba do Centro de Saúde da Barreira e da Cortes foi gasta, a verba maior é para o Centro de Saúde Gorjão Henriques, que apresenta mais fragilidades, e necessita de reparações, mas por vezes para resolver um pequeno problema, temos de realizar uma obra maior e aí a Câmara já não autoriza, porque diz que obras grandes são da responsabilidade da Sub. Região de Saúde. -----

O Presidente do Executivo informou ainda, que a verba disponível para apoio às coletividades é de 50.000,00€ e que a União das Freguesias tem apoiado todas as Coletividades que solicitam apoio e apresentam os documentos comprovativos da realização das atividades. -----

----- João Machado (IL), depois de cumprimentar todos os presentes, insistiu que as contas sejam apresentadas de forma a facilitar a sua leitura e compreensão. Sugeriu que mostrem uma coluna comparativa entre o que estava previsto gastar e o que foi gasto. --

----- Sobre os apoios às Coletividades, concorda que se não forem pedidos não devem ser oferecidos, mas ressaltou ser importante que nenhuma entidade deixe de ter acesso a apoios por excesso de burocracia. -----

----- **Ponto 3 Apreciação do inventário de bens da União das Freguesia**, o Presidente da Assembleia colocou-o a apreciação. -----

----- Ana Bernardes (BE) perguntou se os terrenos rústicos da União das Freguesias estarão limpos antes da época dos incêndios, e se algum dos prédios urbanos está em condições para reabilitar em habitação. -----



----- O Presidente do Executivo respondeu que nenhum dos prédios urbanos da União das Freguesias reúne condições para habitação, e assegurou que os terrenos rústicos da União das Freguesias serão limpos atempadamente à época dos incêndios.-----

----- **Ponto 4 Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas de gerência da União das Freguesias no ano de 2024.**-----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para fazer a apresentação das contas.-----

----- O Presidente do Executivo, munido de um resumo em diapositivos, fez a apresentação das contas de 2024. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão. -----

----- Ana Bernardes (BE) reforçou que a forma de apresentação dos documentos contabilísticos dificulta a compreensão das contas e deu como exemplo, o aumento da receita com terrenos e juros, que terá a ver com o aumento do valor da taxa de juro e com o aumento da verba em caixa cativa para o auditório dos Pousos, e sugeriu que num paragrafo essa informação seja clarificada. Também verificou na despesa de capital uma fraca execução, que deverá trata-se essencialmente ao atraso com a execução das obras do auditório dos Pousos, mas para quem não sabe essa informação não está explícita, e por uma questão de transparência deveria estar. -----

Ana Bernardes sugeriu que seja acrescentado mais um parágrafo a dar esta informação.-

----- Inês Moreira (PS) também pediu informação mais concreta na área dos recursos humanos, quantos colaboradores estão como prestadores de serviços? E a recibos verdes? Se existe algum trabalhador de baixa? Se se aposentou algum Funcionário? -----
Também questionou se houve alterações no contrato com os CTT? Se sim, se isso teve algum impacto para a Freguesia? -----

----- Em resposta a Inês Moreira, o Presidente do Executivo informou que, por imposição dos CTT, houve redução no tempo de serviço, que no caso da secretaria das Cortes foi de 50%. Sobre os recursos humanos, informou que um Funcionário esteve de baixa durante muito tempo, mas já regressou ao serviço, e que saiu uma Funcionária que estava afeta aos Pavilhões. -----

----- Em resposta a Ana Bernardes o Presidente do Executivo admitiu que ainda tem alguma dificuldade em dominar a contabilidade pública, apesar da sua área profissional ser contabilidade. Partilhou que esteve reunido com a Martina que lhe facultou toda a informação contabilística e trazia a lição bem estudada, mas ainda assim há coisas que lhe são difíceis de explicar. -----



----- João Machado (IL) partilhou que apesar de trabalhar na área financeira, tem dificuldade em compreender o relatório de contas apresentado. Perguntou qual foi o saldo financeiro da União das Freguesias em 2024? -----

São os 113.000,00€ que é a diferença entre o total da receita, menos o total da despesa, menos o saldo que vinha do ano anterior? -----

Sabendo que dentro da Junta de Freguesia existem duas situações extraordinárias, o Auditório dos Pousos, cuja obra atravessa vários anos com receitas e despesas em vários anos, e os Contratos Interadministrativos cuja receita é exatamente igual à despesa, não contribuindo em nada para o resultado da Freguesia. Olhando para a receita corrente e a despesa corrente que em teoria exclui o Auditório dos Pousos, a diferença entre é de 294.000,00€. -----

----- Concluiu questionando qual o resultado em 2024 da União das Freguesias, se são 294.000,00€, ou 113.000,00€. No caso de serem 294.000,00€, pediu a justificação do Presidente do Executivo para este resultado tão expressivo. No caso de serem os 113.000,00€, as contas do Auditório deviam estar segregadas para se perceber qual o impacto do auditório nas contas da União das Freguesias. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- O Presidente do Executivo esclareceu que existem diferenças entre a contabilidade pública e a empresarial, uma delas tem a ver com o momento do gasto. Na contabilidade pública só é considerado gasto quando é pago, e só é considerada receita quando é recebida. Esclareceu que dos 113.000,00€ a Junta de Freguesia fez pagamentos na ordem dos 80.000,00€ referente ao Parque dos Romeiros e à execução dos coletores no dia 26 de dezembro. Esse valor aparece refletido como despesa porque foi pago, mas ainda não foi considerado receita, porque ainda foi recebido. -----

----- Explicou que em 2023 o saldo da Junta de Freguesia era de 1.859.000,00€ e estavam a prazo 900.000,00€. Em 31 de dezembro de 2024 era de 950.000,00€ e a prazo 1.900.000,00€, a que corresponde um acréscimo/poupança de 1.000.000,00€ que está canalizado para a obra do auditório dos Pousos. -----

----- Em suma, explicou que em dezembro de 2023 a Junta de Freguesia tinha em dinheiro no banco 2.759.000,00€ e em 2024 tinha 2.850.000,00€. Com o valor das garantias bancárias em 2023 tinham 3.140.000,00€ e em 2024 tinham 3.229.000,00€. Frisou que esta diferença não é lucro, é dinheiro que não foi gasto, que está a ser canalizado para o auditório dos Pousos, e que provavelmente não vai chegar.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 4 Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas de gerência da União das**



Freguesias no ano de 2024, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção do Bloco de Esquerda. -----

----- **Ponto 5- Apreciação, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito da educação, para a requalificação da EB1 do Vidigal e EB1 da Guimarães.**-----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para justificar este ponto. -----

----- O Presidente do Executivo recordou que o ano passado aprovaram um Contrato Interadministrativo no âmbito da educação no montante de 50.000,00€ para a construção de uma sala na E1 da Guimarães, mas os orçamentos recolhidos foram todos de valor superior e por isso o protocolo não se cumprir. Devido à efetiva necessidade, a Câmara Municipal acordou rever o valor para 90.000,00€ e mais 15.000,00€ para a construção de um muro na EB1 do Vidigal, que vai trazer segurança rodoviária. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação.-----

----- Ana Bernardes (BE) questionou quem tem a iniciativa de realizar estas obras nas escolas, se são apenas estas as escolas da União das Freguesias que precisam de intervenção e porque há Freguesias do concelho mais pequenas que apresentam mais projetos. -----

----- João Machado (IL) justificou que iria votar contra, por causa da cláusula 4 n.º 1 alínea d), considerando tratar-se de uma delegação de competências “a fingir”. -----

----- O Presidente do Executivo esclareceu que a União das Freguesias só tem competência nas escolas do 1.º ciclo, e que a Câmara tem feito um esforço por melhorar as condições de todas as escolas do concelho. As obras são sugeridas pelos Agrupamentos e Juntas de Freguesia, e a Câmara vai fazendo de acordo com as prioridades. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou o **Ponto 5- Apreciação, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito da educação, para a requalificação da EB1 do Vidigal e EB1 da Guimarães** a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com um voto contra da Iniciativa Liberal. ---

----- **Ponto 6 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 1.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



----- Não tendo havido nenhum pedido de intervenção, colocou o **Ponto 6**
Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa
n.º 1, a votação, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção da Iniciativa Liberal.

----- **Ponto 7 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da**
Receita e da Despesa n.º 3, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos Membros da
Assembleia.-----

----- Não tendo havido nenhum pedido de intervenção, colocou o **Ponto 7**
Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa
n.º 3, a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Presidente da Assembleia deu por encerrada a ordem de trabalhos. -----

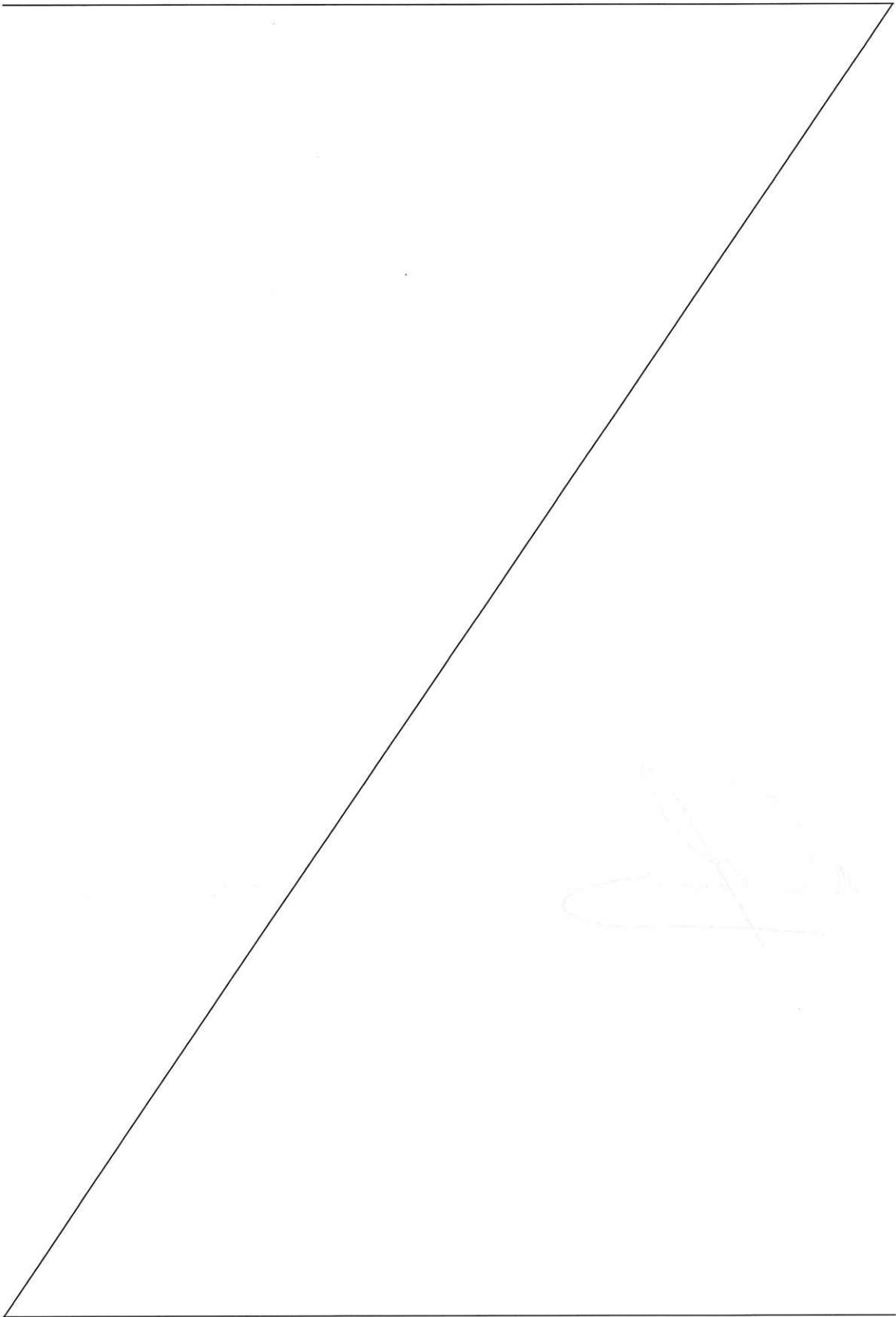
----- No período de audição do público, deu a palavra ao Arquiteto Francisco, para
prestar informação aos Membros da Assembleia em resposta à intervenção de Arminda
Filipe (PS), sobre a construção de uma rampa para deficientes na Rua João XXI em Leiria.

----- Pelas 23h55m, não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia
deu por encerrada a sessão. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos, lavrou-se a presente ata que depois de
aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por Isabel Sousa que a redigiu
nos termos do art.º 50, n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. -----

O Presidente da Assembleia
Nuno Martinho

A Redatora
Isabel Sousa



HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE POUSOS - 2022-2025 - Conclusão

Na continuação da apresentação feita na sessão de dezembro, e para que fique registada em ata, para memória futura, explanamos o que se passou nestes 3 anos. Embora todo o trabalho e esforço realizado, não obteve sucesso a tempo das próximas eleições autárquicas.

Em 30-11-2022 a proposta de desagregação da União das Freguesias de Leiria, Pousos, da Barreira e de Cortes, através do processo especial, simplificado e transitório, nos termos do artigo 25º da Lei nº39/2021, de 24 de junho (regime especial) foi apresentada por um grupo de 8 membros da Assembleia de Freguesia (Carla Rente, Nuno Fernandes, Aurélio Silva do PSD e Arminda Filipe, Manuel Pereira, Jorge Moreira, Inês Moreira e Tiago Roda do PS).

O Executivo deliberou por maioria, com 5 votos a favor, um voto contra e uma abstenção emitir um parecer desfavorável.

Em 6-12-2022 realizou -se a Assembleia de Freguesia para deliberar sobre a proposta, a votação foi secreta, e a proposta foi reprovada, mas pelas intervenções dos membros da assembleia podemos inferir que, o resultado foram 9 votos contra (IL, CH e 7 do PS), 2 abstenções (BE e PSD) e 8 votos a favor (dos proponentes).

Por isso a desagregação da UFLPBC não está já efetivada como as outras propostas elaboradas ao abrigo do regime especial, aprovadas pela Lei n.º 25/2025, de 12 de março

Em outubro de 2023 foi apresentada na AF a proposta de criação da Freguesia de Pousos por desagregação da UF pelo regime geral. O Executivo deliberou não se opor e a AF aprovou a proposta. A Assembleia Municipal de Leiria (AM) aprovou a proposta após parecer favorável da Câmara Municipal de Leiria (CML). A proposta foi entregue na Assembleia da República (AR) em 24 de outubro de 2023.

Em 20 de dezembro de 2024 a AF apresentou outra moção à AR e em 30 de dezembro a CML aprovou uma deliberação que reforçou os argumentos da moção; solicitamos encarecidamente que a Assembleia da República proceda à sua análise e discussão em tempo útil, assegurando um tratamento justo e equitativo e preservando a confiança no processo legislativo.

O Grupo de Trabalho (GT) de criação de freguesias - regime geral criado a 3-12-2024 só teve a sua 1ª reunião a 5 de fevereiro de 2024, onde resultou a solicitação de uma Comissão Técnica (CT) ao Presidente da AR, que logo a nomeou.

Em 17 de fevereiro o Jornal de Notícias publicou uma reportagem efetuada nas freguesias que se queriam desagregar pelo regime geral, nos Pousos esteve cá uma jornalista que entrevistou várias pessoas.

Só em 25 de fevereiro é que se realizou a reunião entre o GT e a CT, a que assistimos, e podemos constatar que os partidos não queriam aprovar a criação de freguesias pelo regime geral (só havia 3 propostas entradas até 31-12-24 e mais 4 que não tinham passado pelo regime especial).

Já no início de fevereiro tínhamos assistido a um Webinar onde o representante da ANAFRE nos disse que não haveria desagregação de freguesias pelo regime geral.

Na nossa opinião a proposta de criação da Freguesia de Pousos por desagregação da UF pelo regime geral, não foi sequer analisada pelo GT, porque os partidos não quiseram e os órgãos locais eleitos não fizeram a mesma pressão, que fizeram para as freguesias que desagregaram pelo regime especial (poderiam p.ex: ter pedido uma audição à XIII Comissão) . E quando falamos em partidos, vai desde o nível concelhio, distrital, nacional e parlamentar.

Quando perguntámos aos deputados, qual a razão porque é que os partidos aprovaram a desagregação de 135 freguesias pelo regime especial (algumas delas sem cumprirem os critérios) e não desagregaram as únicas 3 que à data havia proposta, pelo regime especial? Nem sequer se deram dignaram responder. O representante da ANAFRE diz-nos que foi opção política, que são decisões políticas que geralmente não têm explicação lógica.

Agora resta-nos esperar que a nossa proposta seja aprovada a tempo das eleições autárquicas de 2029.

Passo a ler a carta aberta que escrevi aos deputados e que foi publicada no Jornal de Leiria.

Pousos, 7 de abril de 2025

Nuno Manuel Monteiro Fernandes

O Direito à indignação da População da Freguesia de Pousos

A expressão “direito à indignação” ganhou relevo nos anos 90, quando foi usada pelo saudoso Mário Soares, à data Presidente da República Portuguesa. Desde então tem sido usada pelo povo português, quando se sente de certa forma injustiçado em situações de alguma sensibilidade.

O Grupo de Trabalho (GT) Criação de Freguesias pelo regime geral foi aprovado em 3/12/24. O anterior GT terminou funções em dezembro. Nessa altura poderia ter sido constituído e começar a trabalhar em janeiro, mas infelizmente a 1ª reunião só ocorreu no dia 5 de fevereiro.

O anterior GT reuniu bastante vezes, fez horas extraordinárias para conseguir analisar as 188 propostas elaboradas ao abrigo do regime especial, para que a lei fosse publicada a tempo das próximas eleições autárquicas.

Ontem, dia 25, assisti á reunião do GT e sinceramente verifiquei que não há vontade de aprovar a lei a tempo das próximas eleições.

Relativamente ao que ouvi, não comento, só digo que se tivessem lido a nossa proposta, grande parte das questões levantadas não teriam sido colocadas.

Somos a Freguesia de Pousos, com receitas próprias anuais de aproximadamente 300.000€, quase 3 vezes mais que o FFF. Fazemos parte da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes (UFLPBC) e temos todas as condições para nos desagregar da União, ficando 2 freguesias: Os Pousos e a UFLBC, ambas com viabilidade, como podem verificar.

A nossa proposta deu entrada na AR em 24/10/2023, na anterior legislatura. Como é que a AR demora tanto tempo a analisar a nossa proposta?

Enviamos uma moção da Assembleia de Freguesia em 20/12/2024, somente a pedir um tratamento igual ao dado às outras freguesias que propuseram a desagregação, apelando a que fosse feita justiça. A Câmara Municipal de Leiria reforçou essa moção com uma deliberação de 30/12/2024, será que os Srs. deputados não as viram e não perceberam a urgência do assunto?

Como é que podem deixar 3 freguesias para trás, só porque elaboraram a proposta pelo regime geral (com critérios muito mais difíceis de cumprir), não assegurando um tratamento justo e equitativo e preservando a confiança no processo legislativo?

Convido-os, com o devido respeito, a colocarem -se no nosso lugar: Como podem os habitantes de uma freguesia com quase 10.000 eleitores compreender que não foi desagregada, quando no mesmo Concelho foram desagregadas 2 freguesias, uma com menos de 1.000 eleitores e outra com menos de 2.000?

Com os mais respeitosos cumprimentos
Nuno Manuel Monteiro Fernandes
Membro do Movimento “Junto pelos Pousos”



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,

O ano passado a Câmara identificou 134 prédios devolutos, há mais de um ano, na nossa freguesia, sendo 119 na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico e 15 na ARU de N^a S^a da Encarnação.

Atendendo à grave carência de habitação, tão prejudicial às famílias da nossa freguesia necessitadas de alojamento, mas também aos problemas de insegurança, insalubridade e degradação da paisagem urbana, esta situação exige medidas eficazes por parte do nosso município.

Na reunião do executivo municipal de 1 de Outubro do ano passado o presidente da Autarquia informou estar a preparar um novo mecanismo de notificação dos proprietários e admitiu maior intervenção em situações que ponham em risco a segurança de bens e pessoas.

Peço ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia que faça chegar ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes perguntas:

- A lista destes 134 imóveis foi comunicada à Autoridade Tributária para efeitos de agravamento da taxa do IMI?
- Os proprietários foram, recentemente, notificados?
- Qual o ponto de situação após as notificações?
- Foram efetuadas outras medidas para além das notificações?

Leiria, 7 de Abril 2025

A eleita do Bloco de Esquerda,
Ana Bernardes